

11. Entendemos que alguns setores em decorrência do volume da demanda podem apresentar alguma demanda reprimida, mas outras formas de gestão para solução do problema devem ser encontradas, pois a utilização do banco de horas como horas reserva para suprir tais deficiências, sob o ponto de vista legal, não é o adequado.

12. Reconhecemos, no entanto, que eventual e excepcionalmente surjam demandas de trabalho urgentes e volumosas que ensejarão o excedente da jornada em alguns setores administrativos e que pela peculiaridade não será possível o cumprimento dos requisitos exigidos na IN DPG nº 037/2019, razão pela qual esta Primeira Subdefensoria, já encaminhou o protocolo nº 16.335.672-4, que versava sobre horas reserva, à ciência do Defensor Público Geral, com a sugestão de revisão da normativa vigente, ou alternativamente, que se enviem esforços para busca de outra solução para os impasses já apontados pelos diversos setores.

13. Destacamos ainda, do Parecer nº 072/2020 da Coordenadoria Jurídica, o seguinte trecho: "... o pedido dos autos pretende implementar um mecanismo não existente na Instituição, de modo que o regime de banco de horas não é uma cláusula aberta à Administração Pública, sendo que o mesmo somente pode ser utilizado em casos concretos e específicos.", concluindo que: "não é possível fazer uso da Instrução Normativa nº 37/2020 para o deferimento de horas "reserva", tendo em vista que não há omissão na regulamentação da matéria, eis que a Instrução Normativa nº 37/2020 foi clara ao dispor da necessidade de indicação de projeto específico ou atividade de relevância institucional para a realização da compensação das horas."

14. Trazendo o presente entendimento ao caso concreto, verificamos que não há possibilidade de autorização de realização de banco de horas, como horas "reserva", sem precisar quantitativos, nem período exato para a realização, bem como, sem precisar quantas horas seriam para cada servidor, tendo em vista que já haviam sido deferidas anteriormente algumas horas para os mesmos servidores, o que poderá acarretar num círculo vicioso, pois se há falta de horas, e se concede autorização para trabalho em banco de horas para as atividades regulares, quando os servidores tirarem suas folgas para compensar o tempo trabalhado extraordinariamente, o setor novamente demandará trabalho extraordinário para suprir a falta dos servidores em folga e assim sucessivamente.

15. Orientamos que novas solicitações, sejam apresentadas especificando as atividades a serem desenvolvidas, quando excepcionalmente necessárias, acompanhadas dos quantitativos de horas e dos respectivos nomes de quais servidores utilizarão quantas horas para o desenvolvimento dos trabalhos.

16. Mais uma vez, destacamos a importância de um planejamento acerca das atividades dos setores, pois sabemos que estas instabilidades do sistema SIAF, a cada início de ano, não são exclusividades do presente ano, devendo assim, serem buscadas alternativas que não permitam que tais instabilidades afetem de sobremaneira a rotina de trabalhos desta Instituição, a exemplo da possibilidade da utilização de ferramenta ofertada pelo Banco do Brasil para a realização de pagamentos.

17. Diante do exposto, por ausência de amparo legal, indefiro o pedido nos moldes apresentados pelo Departamento Financeiro.

18. Publique-se.

19. Ciência ao Departamento solicitante.

20. Após, ao Departamento de Recursos Humanos, para conhecimento, eis que outros setores apresentam o mesmo questionamento, e por fim, para que promova o arquivamento dos autos.

Curitiba, 08 de abril de 2020.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
1º Subdefensor Público-Geral do Estado do Paraná

30942/2020

RESOLUÇÃO DPG Nº 98, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Designa Defensora Pública para a exercer a Coordenadoria da Família.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 18, XII, e artigo 73, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual nº 136/2011,

RESOLVE

Art. 1º. Designar a Defensora Pública **MARGARETH ALVES SANTOS** para exercer a Coordenadoria da Família no período compreendido entre 16/03/2020 e 19/03/2020, em substituição ao Defensor Público **FRANCISCO MARCELO FREITAS PIMENTEL RAMOS FILHO**, que esteve em gozo de licença prêmio, atribuindo-lhe a gratificação prevista no parágrafo único do Art. 73 da LCE 136/2011.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

30563/2020

RESOLUÇÃO DPG Nº 99, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Designa Defensor Público para a exercer a Coordenadoria de Foz do Iguaçu.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 18, XII, e artigo 73, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual nº 136/2011,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o Defensor Público **JOAO VICTOR ROZATTI LONGHI** para exercer a Coordenadoria de Foz do Iguaçu no período compreendido entre 06/02/2020 e 14/02/2020, em substituição à Defensora Pública **ELIS NOBRE SOUTO**, que esteve em gozo de férias, atribuindo-lhe a gratificação prevista no parágrafo único do Art. 73 da LCE 136/2011.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

30564/2020

RESOLUÇÃO DPG Nº 100, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Designa Defensora Pública para a exercer a Coordenadoria de Ponta Grossa.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 18, XII, e artigo 73, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual nº 136/2011,

RESOLVE

Art. 1º. Designar a Defensora Pública **MONIA REGINA DAMIAO SERAFIM** para exercer a Coordenadoria de Ponta Grossa no período compreendido entre 06/02/2020 e 13/02/2020, em substituição à Defensora Pública **ANA PAULA COSTA GAMERO SALEM**, que esteve afastada por licença saúde, atribuindo-lhe a gratificação prevista no parágrafo único do Art. 73 da LCE 136/2011.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

30566/2020

RESOLUÇÃO DPG Nº 101, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Designa Defensora Pública para a exercer a Coordenadoria de Apucarana.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 18, XII, e artigo 73, parágrafo único,